

Canindé

Revista do Museu de Arqueologia de Xingó

EDITORIAL

Com o presente número, a CANINDÉ completa sua terceira edição anual, sempre procurando atingir um bom nível de qualidade e divulgar na comunidade arqueológica os mais recentes trabalhos produzidos por alguns de seus membros. Continuamos com a política aberta, de não receber apenas contribuições de pesquisadores com alguma ligação com o MAX. Aliás, este número contempla artigos de diversos pesquisadores, ampliando, assim uma integração institucional e abrindo um canal com arqueólogos estrangeiros, do México e da Argentina.

Como já foi bastante divulgado no último Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira, através do folder específico, os dois primeiros números da revista se encontram integralmente disponibilizados na Internet, na página do Museu, e a esses logo se seguirá o presente, de forma a possibilitar um amplo acesso à produção aqui veiculada.

Canindé

Revista do Museu de Arqueologia de Xingó

EDITOR

José Alexandre Felizola Diniz

MAX, Universidade Federal de Sergipe

COMISSÃO EDITORIAL

Albérico Queiroz	UNICAP
Ana Lúcia Nascimento	UFRPe
André Prous	UFMG
Aracy Losano Fontes	UFS
Beatriz Góes Dantas	UFS
Cláudia Alves Oliveira	UFPe
Emílio Fogaça	UCG
Gilson Rodolfo Martins	UFMS
José Alexandre F. Diniz Filho	UFG
José Luiz de Moraes	MAE/USP
Josefa Eliane de S. Pinto	UFS
Márcia Angelina Alves de Souza	MAE/UDP
Maria Cristina de O. Bruno	MAE/USP
Marisa Coutinho Afonso	MAE/USP
Pedro Augusto Mentz Ribeiro	LEPAN/FURG
Pedro Ignácio Schmitz	IAP/RS
Sheila Mendonça de Souza	FIOCRUZ
Suely Luna	UFRPe
Tânia Andrade Lima	M.N/UFRJ

Pede-se permuta
Ou demande l'échange
We ask for exchange
Pede-se canje
Si richiede lo scambo
Mann bitted um austausch

Home Page: www.museuxingo.com.br

E-mail: paxingo@se.ufs.br

A revisão de linguagem, as opiniões e os conceitos emitidos nos trabalhos são de responsabilidade dos respectivos autores.

SUMÁRIO

Editorial	3
- INSTRUMENTOS LÍTICOS UNIFACIAIS DA TRANSIÇÃO PLEISTOCENO-Holoceno NO PLANALTO CENTRAL DO BRASIL: INDIVIDUALIDADE E ESPECIFICIDADE DOS OBJETOS TÉCNICOS	9
EMÍLIO FOGAÇA	
- HUELLAS DE ALTERACIONES CULTURALES EN EL HOMBRE PREHISPANICO	37
JOSEFINA BAUTISTA MARTÍNEZ	
- A TRAJETÓRIA HUMANA.	59
FABRÍZIO D' AYALA VALVA, JOSÉ ALEXANDRE FELIZOLA DINIZ-FILHO	
- ALFARERÍAS PREHISPÁNICAS DE LAS SOCIEDADES SURANDINAS DE JUJUY (NOROESTE DE ARGENTINA)	85
MARÍA BEATRIZ CREMONTE	
- RITUAIS FUNERÁRIOS E PROCESSOS CULTURAIS: OS CAÇADORES-COLETORES E HORTICULTORES PRÉ-HISTÓRICOS DO NOROESTE DE MINAS GERAIS	105
GLAUCIA MALERBA SENE	
- ESTUDO PALINOLÓGICO EM UM SÍTIO ARQUEOLÓGICO NA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DA UHE GUAPORÉ/MT	135
MATHEUS DE SOUZA LIMA RIBEIRO, MAIRA BARBERI	
- CAPTAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS E INDÚSTRIA LÍTICA DE ÁGUA LIMPA, MONTE ALTO - SÃO PAULO	151
SUZANA CESAR GOUVEIA FERNANDES	
- O CANGAÇO ENTRE A HISTÓRIA E A MEMÓRIA	165
ANTÔNIO FERNANDO DE ARAÚJO SÁ	

- ARTUR RAMOS: ENTRE RENDAS DE BILRO E O SERTÃO DO SÃO FRANCISCO 191
BEATRIZ GÓIS DANTAS

- AVALIAÇÃO DE ÁREAS POTENCIAIS À PRESENÇA DE SAMBAQUIS NA COSTA DO ESTADO DE SERGIPE UTILIZANDO COMO PONTO DE PARTIDA UMA COMPREENSÃO DA EVOLUÇÃO DA ZONA COSTEIRA NOS ÚLTIMOS 5.600 ANOS A. P 223
SUELY AMÂNCIO, JOSÉ MARIA LANDIM DOMINGUEZ

- A ETNOHISTÓRIA COMO ARCABOUÇO CONTEXTUAL PARA AS PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS NA ZONA DA MATA MINEIRA 245
ANA PAULA DE PAULA LOURES DE OLIVEIRA

- DOCUMENTAÇÃO CERÂMICA CONTEXTUALIZADA E AS DIFERENÇAS DE GÊNERO NOS SEPULTAMENTOS PRIMÁRIOS DO SÍTIO DE ÁGUA LIMPA, MONTE ALTO, SÃO PAULO 275
MÁRCIA ANGELINA ALVES

NOTAS E RESENHAS

- NOTA PRÉVIA SOBRE TRAÇOS DE DESARTICULAÇÃO E DESCARNAMENTO EM UM ESQUELETO DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO FURNA DO ESTRAGO, BREJO DA MADRE DE DEUS, PERNAMBUCO 293
OLIVIA ALEXANDRE DE CARVALHO, SHEILA MENDONÇA DE SOUZA
ALBÉRICO NOGUEIRA DE QUEIROZ, ARDILLES FÉLIX DA SILVA
MARIA APARECIDA DE MENEZES ALVES, MARIA ISABEL CHAVES SILVA

- A COLEÇÃO DE ARTES PLÁSTICAS DO MUSEU DE ARQUEOLOGIA DE XINGO 299
VERÔNICA NUNES

- EXPOSIÇÃO ITINERANTE: XINGÓ, 9.000 ANOS DE OCUPAÇÃO HUMANA 309
ALMIR SOUZA VIEIRA JÚNIOR

INSTRUÇÕES PARA OS AUTORES 315

ARTIGOS

A ETNOHISTÓRIA COMO ARCABOUÇO CONTEXTUAL PARA AS PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS NA ZONA DA MATA MINEIRA*

ANA PAULA DE PAULA LOURES DE OLIVEIRA**

ABSTRACT

This article aims to emphasize the importance of Ethno-history in the implementation of archaeological excavation at Zona da Mata in the state of Minas Gerais. This paper intends to valorize the Indian cultural heritage that is many times denied by the official historiography. Variety sources, such as oral, written, archaeological or ethnographic ones, are primordial in this paper since the blank-files caused by the insufficient number of documental records make the historian work difficult in the constitution of Mata Mineira's past.

Palavras-chaves: Etnohistória, Arqueologia, História Regional, Zona da Mata Mineira.

* Este artigo é dedicado muito especialmente à memória da saudosa pesquisadora do Museu Nacional do Rio de Janeiro, Prof^ª Dr^ª Lina Maria Kneip, que natural da Zona da Mata Mineira, sempre inspirou e incentivou as pesquisas na região. Aproveite a oportunidade para agradecer aos pareceristas da comissão editorial da Revista Canindé pelos comentários e contribuições a este texto, bem como ao Prof. Dr. André Prous por sua leitura e valiosas colocações.

** Coordenadora do Museu de Arqueologia e Etnologia Americana da Universidade Federal de Juiz de Fora.

INTRODUÇÃO

A Arqueologia na Zona da Mata, meso-região a sudeste do Estado de Minas Gerais, ainda é incipiente. O primeiro projeto de pesquisa que teve e continua tendo por objetivo uma sistematização dos prováveis sítios arqueológicos na região só foi recentemente apresentado ao IPHAN pela equipe do Museu de Arqueologia e Etnologia Americana – MAEA – da UFJF¹. O mote para a elaboração do Projeto de Mapeamento Arqueológico e Cultural da Zona da Mata Mineira, coordenado por esta autora e contando com a participação de uma equipe de profissionais qualificados, centrou-se, fundamentalmente, na sua capacidade de contribuir para uma conscientização da importância de se valorizar, restaurar e preservar o patrimônio arqueológico, histórico, cultural e ambiental.

Não obstante, os estudos arqueológicos em Minas Gerais não são recentes. Desde a primeira metade do século dezenove, quando P.W. Lund publicou seus primeiros informes sobre os vestígios pré-históricos de Lagoa Santa², nas proximidades de Belo Horizonte, as atenções de diversos pesquisadores nacionais e estrangeiros se voltaram para a arqueologia da região. As investidas científicas após Lund, foram realizadas entre os anos de 1926 e 1929, por Jorge Augusto Padberg-Drenkpol³, arqueólogo austríaco contratado pelo Museu Nacional do Rio de Janeiro. Seu intuito era o de despertar interesse da intelectualidade mineira pelo patrimônio arqueológico e incentivar os estudos em Lagoa Santa. Entre os anos de 1935 a 1960, diversas escavações foram empreendidas pelos membros da Academia de Ciências de Minas Gerais que, sem os recursos técnicos necessários, não alcançaram os resultados pretendidos⁴. Em meados da década de cinquenta, outra tentativa foi feita pelos arqueólogos do Projeto Internacional Americano-Brasileiro. Contudo, voltado mais para as discussões dos resultados dos estudos realizados pelos pesquisadores locais, o projeto não conseguiu se consolidar⁵.

¹ O Projeto de Mapeamento Arqueológico e Cultural da Zona da Mata Mineira está registrado no IPHAN sob o número 01514.000231/2000-02, publicado no Diário Oficial do dia 15 de maio de 2002. Portaria nº 89. Sobre o projeto e suas ações educativas, vide Loures Oliveira e Monteiro Oliveira (2001:83-100).

² Vide Hoch e Prous (1985:172) e Funari (1999).

³ Apud Prous (1992:9-12).

⁴ Vide Walter (1958).

⁵ A equipe estava formada por Wesley Hurt da Universidade de South Dakota, por Oldemar Blasi do Museu Paraense e Fernando Altenfelder da Escola de Sociologia de São Paulo. Para maiores informações sobre a História da Arqueologia em Minas Gerais, vide publicações do Arquivo do Museu de História Natural - UFMG.

Implantado entre os anos de 1965 e 1970, o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas – PRONAPA –, não pôde contar com pessoal especializado no Estado de Minas Gerais. Assim, Ondemar Dias Jr. (1974:105-116)⁶, arqueólogo responsável pelas pesquisas na Região Sudeste do país, estendeu suas investigações até o sul de Minas, onde registrou a ocorrência de diversos sítios arqueológicos, com o estabelecimento de duas fases de classificação cerâmica, como a Ibiraci e Piumhi. Ainda entre as décadas de sessenta e setenta, Dias Jr. (1975) e sua equipe prospectaram e registraram inúmeros sítios no Vale do Rio São Francisco, com a realização de importantes escavações no norte, nordeste e noroeste de Minas Gerais.

É, pois, somente na década de setenta, com a Missão Franco-Brasileira liderada por Annette Laming-Emperaire e por André Prous, que Minas Gerais viria a contar com seu primeiro grupo local de arqueólogos. As escavações sistemáticas iniciaram-se em 1971, e, em 1976 a Missão Franco-Brasileira em Lagoa Santa, juntamente com a Universidade Federal de Minas Gerais e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, consolidou o primeiro Núcleo Científico de Arqueologia no Estado (Prous 1977:7).

Neste cenário, a Zona da Mata Mineira permaneceu incólume, com exceção de algumas investidas para salvamentos de sítios, que, correndo riscos evidentes de destruição, mereceram a atenção de pesquisadores do Museu Nacional do Rio de Janeiro⁷. Nesta mesma perspectiva, mas agora no âmbito da arqueologia de contrato, a região tem sido prospectada e sondada por diversas equipes de especialistas preocupados em registrar os sítios que estejam em vias de destruição devido a obras de terraplanagem, ampliação de estradas e construção de barragens, entre outros⁸.

Mas a Mata Mineira tem muito mais a oferecer em termos de informações sobre nossa história pré-colonial do que apenas o fato de ter sido,

⁶ Vide também Dias et alii (1988).

⁷ Dignos de nota são os trabalhos desenvolvidos por Kneip e arqueóloga Filomena Crancio (2001) no município de Leopoldina.

⁸ Só no ano de 2002 foram realizadas duas campanhas para salvamentos. No município de Rio Novo, nas obras de terraplanagem para construção do Aeroporto Regional da Zona da Mata Mineira, foram empreendidas escavações para o salvamento do sítio Mata dos Bentes, sob a direção da arqueóloga Mônica Carsalad Schlobach em parceria com a equipe de Arqueologia da Universidade Federal de Juiz de Fora, coordenada por esta autora. No município de Guarani, sob direção do arqueólogo Fabiano Lopes de Paula, foram escavados diversos sítios pré-coloniais e históricos, em decorrência da construção da barragem de Nova Ponte, realizada pela Companhia Força e Luz Cataguases-Leopoldina.

até o início do século XVIII, a Zona Proibida do Império, é o que na verdade têm demonstrado os resultados alcançados com a conclusão das primeiras etapas do Projeto de Mapeamento Arqueológico e Cultural. A recente colonização da região tem possibilitado rememorar aspectos importantes sobre seu passado. Atualmente, é possível conhecer até mesmo a segunda geração de famílias constituídas pela miscigenação de integrantes dos grupos indígenas, descendentes de escravos e estrangeiros que aqui chegaram em busca de terras para se estabelecerem. É, pois, sob esta perspectiva, que entendo os estudos de Etnohistória como elementos importantes para o conhecimento do passado dos antigos habitantes da região, tomados aqui na condição de prerrogativas aos estudos arqueológicos.

Ampliar a rede de fontes para a história local, de modo a fornecer subsídios para futuras investigações arqueológicas, visando identificar o indígena e também o negro na qualidade de agentes históricos e sociais, é um dos principais objetivos deste empreendimento. Para tanto, foram utilizadas não só as obras dos viajantes naturalistas estrangeiros que passaram pela região, mas documentos publicados na Revista do Arquivo Público Mineiro, onde foi possível encontrar informações a respeito dos assentamentos indígenas na Mata, da política indigenista colonial e suas consequências para os principais grupos mencionados pelos autores⁹. As fontes secundárias como obras de historiadores e lingüistas, baseadas na literatura de cronistas que discutem as origens e identidade étnica dos diversos grupos indígenas da Zona da Mata Mineira, também foram consideradas.

Para evitar uma abordagem restrita aos documentos disponíveis, elegei a pesquisa oral e os dados arqueológicos preliminares para a região¹⁰ na qualidade de fontes alternativas, numa tentativa de valorizar e promover outras versões para as interpretações da história local. Baseei-me em relatos informais de descendentes indígenas, sobretudo moradores da área rural dos municípios de São João Nepomuceno, Descoberto e Itamarati de

⁹ Ainda por serem incluídos nos resultados desta pesquisas estão os dados colhidos nos arquivos municipais e em registros paroquiais sobre processos, batismos e óbitos de indígenas e seus descendentes. Estes dados serão sistematizados somente após a conclusão da primeira etapa do projeto. Este estudo, como mencionado, faz parte de uma proposta maior, a de Mapeamento Arqueológico e Cultural da Zona da Mata Mineira, que conta ainda com uma equipe multidisciplinar de pesquisadores responsáveis pelas análises arqueológicas, da Geomorfologia, Topografia, Palinologia, Botânica e Histórica (vide relação dos pesquisadores cadastrados no Núcleo de Pesquisa MAEA CNPq).

Minas (Simões 2000). Os dados arqueológicos coletados nestas localidades foram sistematizados pela equipe do MAEA/UFJF, a partir dos quais foi possível estabelecer um estudo comparativo preliminar dos sítios, que, por suas características tecnológicas, geomorfológicas e paisagísticas indicam pertencer a grupos com hábitos bem semelhantes¹¹. Dessa forma, o eixo metodológico do trabalho desenvolveu-se partindo da documentação histórica para se chegar às confrontações com as informações arqueológicas e com a tradição oral da população alvo.

ETNOHISTÓRIA

A Etnohistória, como bem sabido, não pode prescindir das fontes documentais produzidas e legadas pelos viajantes naturalistas estrangeiros, bem como dos resultados de investigações etnográficas que possam oferecer subsídios para o entendimento dos vestígios de culturas extintas. Em face das dificuldades que este tipo de análise apresenta, principalmente no que se refere à homogeneidade das informações diante de uma série de lacunas nas fontes, torna-se necessária a comparação de todos os dados que se tenha à disposição. Desse modo, e como bem exposto por Trigger (1987:42), para uma análise da Etnohistória é fundamental conjugar elementos e dados teórico-metodológicos tanto da História, como da Etnologia.

¹⁰ Os sítios registrados no IPHAN pela equipe de Arqueologia da UFJF são os seguintes: Sítio Santa Rosa (RN), Sítio Primavera (SJM), Sítio da Poca (SJM), Sítio Estiva (GU), Sítio Novo Horizonte (GU), Sítio Córrego de Areia (ME), Sítio Toca do Índio (ME), Sítio da Pedra Furada (MN), Sítio Indaiá (IM), Sítio dos Coqueiros (LD) e Sítio Mata dos Bentes (RN), este último, registrado pela arqueóloga Mônica Carsalad Schlobach. De modo geral, os sítios são colinares com baixas altitudes e próximos a pequenos cursos de água, ou mesmo a rios das principais bacias de drenagem. Com base na história da região podemos afirmar que desde o século XIX, com a introdução do plantio de café e posteriores interferências antrópicas, os solos vêm sofrendo alterações devido ao uso de arado. Por esse motivo, os artefatos são encontrados expostos na superfície, ou no máximo a pouca profundidade, deteriorados pelo intemperismo e sofrendo ainda com as queimadas sucessivas, muito utilizadas na renovação de pastagens em épocas de estiagem.

¹¹ Nos sítios cadastrados foram realizadas prospecções, cujos resultados possibilitaram inferências preliminares a respeito da tecnologia empregada na confecção da cerâmica, sobre alguns vestígios da alimentação, sobre a matéria prima para lascamento, bem como uma datação que varia entre 600 e 800 A.P. (vide Loures Oliveira 2003)

Opotei, assim, pela análise de doze cronistas, os quais julguei de melhor contribuição ao estudo proposto, por oferecem descrições mais específicas a respeito dos grupos indígenas da Zona da Mata Mineira. Utilizei os relatos de Freireyss (1982), Wied-Neuwied (1958), Debret (1978), Spix e Martius (1976), Rugendas (1979) e Eschwege (1818) que informam sobre a primeira metade do século XIX. Para descrições sobre a segunda metade do mesmo século, contei com os relatos de Burmeister (1980), Ehrenreich (1886) e Noronha de Torrezão (1889). Para a primeira metade do século XX, fontes importantes como Ploetz e Métraux (1930) e Loukotka (1937) não poderiam ser esquecidas.

Não são poucas as descrições de viagens dos naturalistas estrangeiros que dedicaram seu tempo e interesse ao estudo da flora e fauna brasileiras. Recentes edições e reedições têm demonstrado a importância de tais relatos, possibilitando novas abordagens e reflexões. A editora da Universidade de São Paulo dedicou uma série à reprodução dos principais informes, a Coleção Reconquista do Brasil. Somente para citar alguns exemplos pertinentes a este artigo, encontra-se aí o botânico Freireyss (1982), natural de São Petersburgo, que permaneceu no Brasil de 1813 a 1815, período em que viajou do Rio de Janeiro até Vila Rica, capital da província na época, com a intenção de conhecer o país sob o ponto de vista da História Natural. O Príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied (1958), que após realizar estudos aprofundados sobre a literatura de viagens à América do Sul, decidiu pesquisar de forma científica as regiões brasileiras ainda inexploradas. Desembarcou no Rio de Janeiro em meados de 1815, recrutando os botânicos Sellow e Freyreiss para sua expedição. Tinha como objetivo atravessar os estados entre Rio de Janeiro e Bahia. A viagem durou quase dois anos, e, em agosto de 1817, Wied-Neuwied regressou à Europa com uma coleção de várias espécies de plantas e inúmeros desenhos. Em 1816 foi a vez do artista Jean Baptiste Debret (1978) chegar ao Brasil. Membro da burguesia francesa, Debret participou da Missão Artística Francesa que tinha por finalidade criar uma Academia de Belas Artes no Rio de Janeiro, onde permaneceu até 1831. Spix e Martius (1976)¹² estiveram em terras brasileiras entre os anos de 1817 e 1820. Enviados pelo governo da Baviera junto à Missão Austríaca, a qual tinha por objetivo conhecer cientificamente a botânica brasileira, os naturalistas iniciaram sua pesquisa em Minas Gerais pelo sul do Estado, passando pela Zona da Mata, depois por São João Del Rei, Serra de São José (Tiradentes), Rio Paraopeba, Mariana, Vila Rica (Ouro Preto), Tejuco

(Diamantina), Minas Novas e o arraial da Chapada, de onde seguiram em direção ao rio São Francisco, próximo à divisa com Goiás. O artista alemão Johann Moritz Rugendas (1979), desenhista da expedição patrocinada pelo Czar Alexandre I da Rússia e chefiada pelo botânico Langsdorff, também deixou seu legado para os estudos etnohistóricos da região. Aqui chegando, abandonou os companheiros e pôs-se a viajar por conta própria. Não há um itinerário preciso sobre as incursões de Rugendas, que em vez de descrever suas viagens, preferiu redigir notas para seus desenhos.

O zoólogo e geólogo Hermann Burmeister (1980), de origem alemã, viajou pelo Brasil em missão científica entre os anos 1850 e 1852, quando buscou descrever a geologia e a fauna brasileira, complementando os estudos que estavam se desenvolvendo nesta época a respeito da História Natural do país. Morou durante cinco meses na região de Lagoa Santa em companhia de Peter Lund e fez incursões a Ouro Preto, Mariana e ao longo do rio das Velhas, passando também pela Mata Mineira. De modo geral, o interesse destes viajantes, não excluindo todos os demais citados acima, era pela descrição da fauna e da flora brasileira, identificando o indígena na condição de ser constitutivo das mesmas, o que claramente reflete a mentalidade e visão de mundo européias, em um período em que ainda se discutia a natureza do indígena americano.

As fontes secundárias são obras de historiadores que tomaram a Zona da Mata Mineira como objeto de pesquisa. Oiliam José (1965), Paulo Mercadante (1973) e Celso Falabella de Figueiredo e Castro (2001) são alguns nomes de destaque. Contudo, esses estudos não são isentos de juízos, os quais são oriundos de uma forma de pensamento em que o indígena era e, lamentavelmente, ainda é, considerado culturalmente inferior ao homem de ascendência européia, exigindo por isso os mesmos cuidados dedicados aos relatos dos naturalistas estrangeiros¹³.

O subjetivismo presente nas fontes, repletas de julgamentos de valores, reflete a dificuldade dos autores em entender os nativos em sua alteridade. O estrangeiro, e mesmo alguns historiadores nacionais, ora os viam por meio de uma visão romântica, ora como representantes da barbárie, sendo esta uma situação ainda muito recorrente na relação da

¹² Os textos de Spix e Martius utilizados neste artigo foram editados pela Melhoramentos. Os números correspondentes a estes viajantes na Nova Série da Coleção Reconquista do Brasil são os 46, 47 e 48.

sociedade envolvente com as etnias que resistiram à colonização e ainda resistem aos programas de integração nacional. A maioria dos relatos apresenta uma visão da selvageria, em que os autores descrevem práticas e costumes indígenas como abomináveis a seus olhos “civilizados”¹⁴.

É, pois, a partir destas considerações que buscarei apresentar alguns aspectos da vida dos antigos moradores da Mata Mineira, tomando por base as representações que os naturalistas faziam dos grupos indígenas. Assim, procurarei promover um estudo etnohistórico relacionando os dados históricos, quando possível, com elementos etnográficos e etnoarqueológicos sobre o grupo indígena Maxakali que ainda preserva seus costumes tradicionais¹⁵. O objetivo se torna então uma tentativa de conhecer melhor os indígenas que, antes da intensificação da colonização na região, em fins do século XVIII e início do XIX, ocuparam o que hoje abrange a região Zona da Mata do Estado de Minas Gerais.

Os antigos habitantes da Mata Mineira

O atual território do estado de Minas Gerais foi ocupado, bem antes da chegada dos primeiros bandeirantes aos sertões da região¹⁶, por diversos grupos indígenas que se deslocavam pelo espaço em função de suas atividades de subsistência, como a caça, a pesca e a coleta, e de seus referenciais simbólicos, muitas vezes associados a certas formações paisagísticas¹⁷.

¹³ Ressalto não ser meu objetivo nos limites deste artigo, realizar uma sociologia dos viajantes, assim como proposto por Oliveira Filho (1987), o que por si só resultaria em um novo trabalho, mas relacionar, de forma comparativa e complementar, os dados oferecidos por estes viajantes sobre os hábitos e costumes dos indígenas da região.

¹⁴ Vide Vanni (2002).

¹⁵ Grupo indígena do tronco lingüístico Macro-Jê, os Maxakali estão assentados no Vale do Mucuri, nordeste de Minas Gerais, desde a intensificação da colonização na região em fins do século XVIII. Por terem resistido ao contato de mais de trezentos anos e ainda manterem intactos tanto a língua, como muitos aspectos tradicionais de sua cultura, podem muito bem respaldar comparações etnohistóricas a fim de possibilitar inferências sobre os grupos antigos da Mata Mineira. A opção pela comparação com este grupo é decorrente, fundamentalmente, de sua filiação ao grupo lingüístico Macro-Jê, provavelmente parentes próximos dos grupos Jê que, antes da colonização, ocuparam a Zona da Mata Mineira. Vide Alves (1992), Álvares (1996) e Monteiro Oliveira (1999). Outro motivo é a íntima relação desta autora com o grupo, tema de trabalhos anteriores desenvolvidos em Antropologia das Missões (Loures Oliveira 2002a e 2002b).

Para os limites geográficos do que se conhece hoje por Zona da Mata Mineira, nas fontes tanto primárias quanto secundárias sobressaem as notícias a respeito dos grupos que se assentavam pelas margens dos rios Pomba, Paraibuna, Muriaé e Xipotó. Os mais citados são, no entanto, os Puri, os Coroado (ou Croato) e os Coropó (Cropó). Estes seriam, supostamente, descendentes de grupos Goitacá que migraram do litoral fluminense, região de Campos e São Fidélis, para a Mata Mineira¹⁸. Tal origem comum foi sugerida pelos cronistas, com base em alguns aspectos semelhantes identificados entre os integrantes dos diferentes assentamentos, como as características físicas e, principalmente, lingüísticas. Os Coropó teriam sido os primeiros a se deslocarem, ocupando o Vale do Rio Pomba. Mais tarde vieram os Coroado e os Puri, grupos comumente descritos como guerreiros e inimigos, que ocuparam toda a região¹⁹.

Além dos três grupos mais conhecidos, outros muitos são mencionados por seus assentamentos passageiros ou permanentes. São estes os Abaíba e os Botocudo, Tapuias que se distinguiram por sua beligerância (Wied-Neuwied 1958:130), assim como os Guarulho que passaram pelos rios Pomba e Muriaé. Ainda habitando as margens do Rio Pomba, encontravam-se os Caramonã, os Puriaçu, também conhecidos como “Puris Grandes”, e os Tamoio que teriam migrado para a região em número reduzido. Pelas margens do Rio Paraibuna estavam os Miriti, que mantinham ligações com os Puri do Rio Pomba. Os grupos dos Arari ou Araci são citados como moradores da extensa área que vai da Serra de Ibitipoca até a região do atual município de Barbacena. Por fim, um pequeno grupo Carijó teria migrado para a região de Conselheiro Lafaiete, os quais foram expulsos pelos desbravadores do século dezesseis.

Apesar dessa pequena lista que não se esgota nos grupos mencionados²⁰, somente os Puri, os Coroado e os Coropó mereceram destaque nas

¹⁶ Sobre os bandeirantes que adentraram a Zona Proibida do Império vide Mercadante (1973).

¹⁷ Vide Monteiro Oliveira (1999) sobre o *Mikax Kakax* dos Maxakali, paredão rochoso que se destaca na geomorfologia de seu território e que representa na constelação de imagens do mundo percebido pelo grupo uma referência na reprodução contínua de sua cultura e identidade.

¹⁸ Freireyss (1982:102), Métraux (1946:521) e Wied-Neuwied (1958:103-104). Vide também Mercadante (1973:31) e Dias e Carvalho (1980).

¹⁹ Wied-Neuwied (1958:104); Spix e Martius (1976:198).

fontes analisadas. Isto porque, no início do século dezanove, período em que a maioria dos viajantes esteve na região, estes grupos já viviam aldeados na área que abrange hoje os municípios de Viçosa, Coimbra, Ervália, São Geraldo, Visconde do Rio Branco, Ubá, Tocantins, Rio Pomba, Guarani, Guidoal, Astolfo Dutra, Dona Eusébia, Cataguases, Mirai, Muriaé, Patrocínio de Muriaé e Leopoldina, entre outros²¹. Estes aldeamentos compulsórios eram organizados pelo Governo e por ordens religiosas, sobretudo as franciscanas, no fim do século dezoito e início do dezanove. Assim, os Coropó foram restritos à aldeia de São Manuel da Pomba, atual região de Rio Pomba; os Coroado ao Presídio de São João Batista, hoje Visconde do Rio Branco, e aos Puri ficou reservada a aldeia de São Paulo do Manuel Burgo, atual município de Muriaé²². Um fator que talvez justifique a lacuna na descrição dos grupos menores é a idéia de que estes fossem integrantes dos grupos mais numerosos. Talvez famílias ou aldeias com diferentes denominações, mas pertencentes ao mesmo grupo étnico, uma vez que falavam, quando não a mesma, pelo menos línguas bem próximas, que possibilitavam o entendimento mútuo. Além disso, é possível verificar nas descrições dos cronistas, que havia semelhanças significativas nos costumes dos grupos, que eram diferenciados mais por sua aparência física do que por suas particularidades étnicas.

Esta divisão em aldeias e famílias é comum entre os Maxakali. Cada aldeia realiza internamente seus rituais, com a participação dos parentes mais próximos. Os integrantes de outras aldeias são convidados somente em rituais especiais, quando seus parentes mais distantes ou afins devem ser envolvidos (Álvares 1996). Os conflitos internos que fazem parte da ordem e dinâmica estrutural do grupo poderiam muito bem explicar a

²⁰ José (1965:13-37) apresenta um rol de mais de setenta grupos indígenas que se assentaram temporariamente e até permanentemente na região entre os séculos XVII e XIX.

²¹ Para melhor visualização da área mencionada, vide mapa da região ao fim deste artigo.

²² Digno de nota aqui é a concepção de espaço do indígena que, diferente do europeu, não reconhece as fronteiras políticas instauradas pelo governo. Mesmo com a criação de aldeamentos compulsórios, os indígenas migravam e se assentavam onde lhes bem conviesse. Assim, o olhar crítico do pesquisador não deve se deter somente sobre os incontáveis juízos de valores perpetrados ao indígena como ser integrante da natureza exótica, mas também para as projeções feitas sobre a concepção de mundo destes indivíduos.

inimizade entre Puri e Coropó²³, tão apregoada nos relatos. Digno de menção, também, é o fato das nomeações de muitos grupos étnicos consagradas entre os autores no Brasil não corresponderem à sua autodenominação (Ricardo 1992). Os nomes são, na maioria das vezes, desconhecidos dos próprios grupos, os quais recebem tais denominações de inimigos, devido a algum tipo de aspecto físico, que muitas vezes desemboca em um caráter extremamente pejorativo²⁴. A designação Puri, por exemplo, não guarda qualquer correspondência com o verdadeiro nome do grupo que se dividia em três subgrupos, os Sabonan, Uambori e Xamixuna (Métraux 1946: 523). O termo Puri tem sua origem na língua Coroado e quer dizer “audaz ou bandido”. Curiosamente os Coroado também eram assim denominados pelos Puri, que, desse modo, lhes retribuía a ofensa (Debret 1978:69).

Os Puri formavam vários grupos que se localizavam nas matas a leste do Presídio, outros próximos à serra do Caparaó, conhecidos neste lugar como “Arrepiados”, ou “Arripidiados” devido ao corte que usavam no cabelo. Os Puri também estavam assentados na faixa de terra do Cágado e dos seus afluentes, do Pirapetinga até as cercanias de Leopoldina²⁵. Nesta mesma região, próximo à atual Cataguases, alguns sertanistas encontraram os primeiros grupos de Coroado (Mercadante 1973:29). De acordo com Freireyss (1982:82), cerca de dois mil indivíduos andavam espalhados pelas matas por volta de 1820, sendo considerados o maior grupo da região. Seus assentamentos se espalhavam por todo o sertão do Rio Pomba. Dentro dos aldeamentos oficiais, os indígenas se dividiam em pequenas aldeias que se espalhavam pelo mato, ligadas por trilhas de difícil acesso.

²³ Os aldeamentos Coropó se estendiam por um espaço de aproximadamente cento e vinte quilômetros quadrados a partir do Presídio de São João Batista, sendo divididos em vários pequenos grupos que se compunham de três ou quatro cabanas baixas de palha (Freireyss 1982:82). Por volta de 1813, os Coropó tomaram as matas a oeste do Presídio. Somavam menos de duzentos indivíduos, sendo dois remanescentes do grupo Paraíba e outro dos Pacuju, que habitaram as margens do Rio Paraíba e que já haviam desaparecido (Ibid.:82).

²⁴ Um exemplo bastante ilustrativo é o dos próprios Maxakali que se autodenominam *Tikmi'in*. O termo Maxakali não encontra qualquer relação em sua língua materna. É uma forma totalmente estranha à sintaxe da língua. Já os Botocudo recebem dos Maxakali o nome de *Ipkoxxeká* (Orelhas Grandes), assim designados após uma guerra pela defesa do território Maxakali. O próprio termo Botocudo é uma denominação portuguesa devido à forma dos pedaços de madeira que usam nas orelhas e no lábio inferior. Segundo Debret (1978:66) “Edgereck-mung é o nome verdadeiro [Botocudo] na sua própria língua e *Epcoseck* (orelhas grandes) o que lhes dão os selvagens Malalis, em Peçanha, nas margens do Rio Doce superior, onde travam constantes batalhas”. Vide também Métraux e Nimuendajú, (1946) e Wied-Neuwied, (1958:215).

Cada aldeia era composta por três a quatro cabanas e comportava de trinta a quarenta indivíduos, assim como as dos Maxakali nos dias de hoje. Segundo Debret (1978:54), as cabanas dos Coroado eram como berços recobertos de folhas de palmeiras entrelaçadas e altas, de três a quatro pés apenas. Freireyss (1982:86) as descreve, no mesmo período, início do século dezenove, em forma de barraca, com altura de um a nove pés. Mais tarde, em meados do mesmo século, elas passariam a ser construídas em madeira, com paredes de barro e teto de palha, semelhantes às casas dos colonos, mas sempre espalhadas pelo mato e afastadas do caminho (Burmeister 1980:172).

Os Puri não se preocupavam muito com o local de dormir, cavavam no chão uma espécie de bacia e ali se acomodavam. Suas cabanas são descritas como duas forquilhas fincadas no chão, mal cobertas com folhas de sapé que serviam de cobertura e parede ao mesmo tempo (Ibid.:40). Deslocavam-se freqüentemente e utilizavam adornos como o botoque nas orelhas e nos lábios²⁶. Apesar de algumas famílias cultivarem o milho, sua principal atividade era, predominantemente, a caça.

Também de interesse, embora não extensas, são as descrições dos utensílios de uso diário dos Coroado. Confeccionavam três tipos diferentes de flechas, cada qual com uma função específica. Eram feitas de uma espécie de junco bem reto e seco, medindo cerca de cinco pés de comprimento e as que possuíam pontas menores eram empregadas na caça de pequenos animais, as mais finas eram utilizadas na pesca e as com um lado com farpas eram usadas na guerra ou na caça de macacos (Burmeister 1980:171-176). Os arcos fabricados a partir de uma fibra, denominada Crauá pelos indígenas²⁷, também eram muito comuns. Os Coroado utilizavam para a pesca uma grande lança chamada “teschemná”, com cerca de nove pés de comprimento feita com um tipo de junco de uma polegada de espessura. Na extremidade amarravam duas pontas farpadas de madeira de cerca de oito polegadas (Freireyss 1982:94). Utilizavam também machados que fabricavam em pedra, de várias formas e medidas. As facas, para uso culiná-

²⁵ Vide José (1965:33) e Castro (1987:40).

²⁶ Debret (1978:66) classifica os Puri, os Pataxo e os Botocudo como descendentes dos Aimorés “... da raça dos *tapuias*”. Este mesmo viajante se refere à utilização de botoques por estes indígenas que tinham os lábios alongados devido à perfuração para utilização de botoques (Ibid.: 69-71).

rio ou emprego no corte de cipós, cascas e galhos, eram fabricadas com ossos.

De grande interesse para este estudo são as referências nos relatos dos mais variados naturalistas a respeito da produção cerâmica. As descrições sobre a diminuição da confecção de utensílios de cerâmica entre os Puri e Coroados, por volta do século XIX, são quase unânimes. Deve-se este fato, no caso dos Puri, ao seu modo de vida e dieta alimentar ligados à caça e coleta, além da necessidade constante de deslocamentos em virtude da perseguição perpetrada pelos colonizadores. Essas condições tornaram o uso da cerâmica pouco funcional, estando reduzido às práticas funerárias. Do mesmo modo, porém, por outros motivos, os Coroado abandonaram a cerâmica devido à sua fixação em aldeamentos, sendo esta substituída ora por cuias e cabaças, ora por artefatos de origem européia.

Segundo Wied-Neuwied (1958:105), a produção cerâmica mais comum verificada junto aos Puri e Coroado era a de enormes urnas funerárias. Outras formas só puderam ser observadas entre os Coroado, que as utilizavam na armazenagem de água e alimentos. Para esta finalidade, os Puri empregavam cascas de sapucaia e pequenas cabaças (Burmeister 1980:171). Além da cerâmica, das armas e instrumentos cortantes, os cronistas descreveram também a confecção de materiais como redes de dormir, de pesca, esteiras, cestas, bodoques, cuias de cuité, gamelas e outros utensílios. As redes e sacolas eram tecidas pelas mulheres com fibra de embira²⁸.

A ausência de qualquer tipo de instituição político-administrativa entre os grupos da Mata Mineira, que possuíam no máximo lideranças guerreiras e religiosas, também é consenso nos relatos. A estas últimas eram conferidas características sobre-humanas como o poder de se comunicar com espíritos e com o mundo sobrenatural. Os Coroado utilizavam os grandes potes de cerâmica em suas festas para a produção de uma bebida alcoólica com base na fermentação do milho. Quando venciam uma guerra contra os Puri, praticavam a antropofagia, comendo algum pedaço – normalmente o braço – do corpo de seu inimigo capturado, que se misturava à bebida²⁹.

²⁷ Para Mercadante, Nelson de Sena e outros autores, a origem do nome Coroado seria uma espécie de derivação do termo Crauá. A palavra Crauatá, que teria se transformado em Croatas e depois Coroados, significaria rijo como Crauá, se referindo à rigidez muscular dos indivíduos do grupo.

Debret (1978:54) descreve a utilização de urnas funerárias chamadas “camuci” pelos Coroado. No caso da morte de um chefe de família, quebravam-lhe os ossos e o depositavam de cócoras nestas urnas para depois enterrá-lo aos pés de alguma grande árvore da aldeia ou no centro da casa. Já os Puri enrolavam o defunto com faixas depois de quebrar-lhe alguns ossos principais e, semelhantemente aos Coroado, depositavam arcos, flechas e demais objetos do morto em sua sepultura.

De modo geral, com a chegada e fixação do colonizador nos sertões de Minas Gerais, ocorreram profundas transformações no cotidiano e costumes indígenas. Como visto, a imposição do modo de vida europeu fez com que a população nativa fosse submetida a uma forte dominação que não lhe dava direito nem mesmo de se deslocar pelo território, sendo obrigada a se fixar em determinados aldeamentos, em locais pré-estabelecidos pelos colonizadores. Em 1850, período em que Burmeister (1980:166) passou pela Mata Mineira, os indígenas já não fabricavam mais suas armas ou utensílios domésticos, utilizavam armas de fogo e objetos trazidos pelos portugueses. Andavam vestidos e não mais apresentavam um comportamento tão “arredio e cauteloso” como nos primeiros contatos³⁰. Algumas casas já eram construídas em pedra, o que acabou provocando o rompimento do costume das cabanas feitas de madeira e palha ou folhagem que permitiam o fácil deslocamento do grupo. Mesmo tendo resistido ao contato, os grupos da Mata se depararam com uma colonização intensa que incluía aldeamentos e escravidão. Este processo impôs a aceitação de novos costumes que foram sendo incorporados como uma estratégia de sobrevivência frente à dominação.

As informações contidas nas fontes escritas sobre a exploração, escravidão e massacre dos indígenas não são poucas. Este domínio poderia ser ilustrado como o fato relatado nas páginas de Freireyss (1982:117), que descreve um episódio da história de um grupo de cerca de trezentos Puri que foi levado a São João Del Rey com a promessa de terras e uma nova vida. Contudo, ao chegarem, as mulheres e crianças foram escravizadas e os homens que fugiram para as matas foram assassinados em tocaia.

²⁸ Um belíssimo exemplar deste tipo de trabalho pode ser observado junto às múmias encontradas no final do século dezenove em uma gruta no Município de Goianá (Beltrão e Lima 1986).

²⁹ Freireyss (1982:102) e Wied-Neuwied (1958:127).

³⁰ Vide também Wied-Neuwied (1958:104).

Outra prática muito utilizada para se efetivar o extermínio foi a disseminação proposital de epidemias, para as quais o organismo indígena não possuía anticorpos. Estas doenças eram espalhadas dentro dos aldeamentos através de roupas contaminadas, entregues aos indígenas. Como ressaltou Castro (1987:42), o fator que contribuiu para o desaparecimento definitivo dos Puri foi uma epidemia de sarampo alguns anos após seu estabelecimento nas cercanias de Feijão-Cru³¹, na terceira década do século XIX. A epidemia tomou grandes proporções e, com a febre, os indígenas se atiravam na água fria acelerando ainda mais sua morte, fato que eliminou os últimos remanescentes Puri.

Mas a herança cultural destes povos e suas formas tradicionais de vida não desapareceram com os milhares de indígenas dizimados. Elas ainda estão presentes na memória da população da Mata, principalmente da zona rural, prontas para serem recuperadas³². É, pois, sobre as bases destes relatos, mesmo que repletos de juízos de valor e subjetivismos próprios da época em que foram produzidos, que a pesquisa etnográfica com a população rural foi pensada e direcionada, objetivando a contextualização histórica de futuros estudos arqueológicos na região. Trata-se de informações orais que poderão contribuir principalmente para a localização de sítios e interpretação dos vestígios oriundos de assentamentos dos últimos grupos indígenas na Mata Mineira.

HISTÓRIA, ETNOGRAFIA E ARQUEOLOGIA.

Com base em estudos preliminares realizados pela equipe de Arqueologia da Universidade Federal de Juiz de Fora nos municípios de São

³¹ Atual município de Leopoldina.

³² Neste momento, ações educativas em forma de oficinas tecnológicas estão sendo desenvolvidas pela equipe do Museu de Arqueologia e Etnologia Americana da UFJF junto às escolas de ensino médio de São João Nepomuceno. Os trabalhos são divididos em quatro etapas, que consistem de duas aulas expositivas sobre os antigos moradores e o recente processo colonizador da Zona da Mata Mineira, tendo como atividade de avaliação, entrevistas com as pessoas mais velhas da cidade; uma aula oficina, na qual a criança, após coletar a argila nas jazidas próximas à cidade, idealiza a forma que deverá alcançar no fabrico da cerâmica e a confecciona. Na última seção a equipe analisa as impressões da criança através de dinâmicas que visam a conscientização para a conservação e valorização do patrimônio arqueológico e cultural, regional e nacional.

João Nepomuceno, Rio Novo, Guarani, Descoberto e Itamarati de Minas, tem sido possível identificar pontos divergentes não só entre as classificações dos viajantes, mas também no que concerne a tradição oral e os dados arqueológicos, disponíveis principalmente para a região das serras fluminense e mineira (vide Dias e Carvalho 1980).

O histórico de ocupação das terras por colonos e imigrantes italianos e alemães na Zona da Mata, no final do século dezenove e início do século vinte, gerou grande perseguição e massacre dos indígenas que haviam, até então, resistido às tentativas de integração promovida pelo governo oficial através dos aldeamentos. Seus remanescentes e descendentes, ainda que preservando características físicas e costumes incontestavelmente indígenas, negam esta ascendência, temendo pelo preconceito. Até hoje, é possível perceber o medo da população, principalmente rural, em admitir esta relação. Quando questionados sobre seus parentes mais antigos, ressaltam, na maioria das vezes, uma ascendência européia ou africana.

Durante os trabalhos de campo, a equipe esteve em contato com a comunidade rural dos já citados municípios eleitos para a primeira fase do projeto. Na zona rural, entre os municípios de Itamarati de Minas e Descoberto, está situada a comunidade de Caramonos, denominação atribuída pelos viajantes a um determinado grupo indígena que vivera na região (Simões 2000). Grande parte da população da Serra, também conhecida como Serra dos Caramonos, é descendente de imigrantes italianos e índios. Um texto sem referência, que se encontra sob posse de um morador da cidade de Itamarati de Minas, conta a história de que no alto da Serra, no local denominado “Alto do Aventureiro”, por volta de 1905, se refugiara o último grupo de Caramonos, sob a liderança de um cacique chamado Antônio Velho (Ibid.).

Foi possível ouvir muitas histórias a respeito dos indígenas da região, sobre os vestígios ainda presentes no local, como as “panelas de índio” e as “pedras de raio”, denominação popular para os vasilhames de cerâmica e as machadinhas indígenas. De acordo com inúmeros depoimentos orais, a pedra cai junto com um raio em dia de grande tempestade, desce a uma profundidade de sete metros e, depois de sete anos, aflora para atrair mais raios. Ao mito popular, foi acrescentado ainda que estas pedras trazem mal-agouro, daí a dificuldade em encontrá-las (Loures Oliveira e Corrêa 2001)³³.

Alguns hábitos alimentares dos antigos moradores também puderam ser recuperados através da pesquisa oral. Os grandes moluscos

Strophocheilidae e a caratinga, uma espécie de cará mais dura que a comum, alimentos apreciados até hoje, parecem ter sido as principais especiarias dos Caramono, juntamente com a mandioca e a abóbora, entre outros.

As informações sobre a localização de antigos assentamentos indígenas também são comuns na localidade. Bem no alto da Serra, precisamente na divisa dos municípios de Itamarati de Minas e Descoberto, havia, no final do século dezanove, uma grande exploração mineradora de ouro. Segundo um dos informantes, os indígenas eram explorados pelos mineradores que passaram a viver junto às aldeias (Simões 2000). Outro interlocutor, muito especial por ser descendente direto de Puri, relatou uma história bem conhecida de que um índio havia ido até a vila de Descoberto e visto um homem apagando seus escritos com areia. Curioso com o ato, o índio se ofereceu para trazer ao homem uma areia mais fina que apagaria com maior eficiência. Ao trazê-la para o colono, este observou que era ouro e pediu ao indígena que o levasse até o local onde o havia encontrado. Descobrimo a fonte, o colono matou seu informante para que ninguém mais soubesse (Ibid.).

Muitas outras histórias puderam ser obtidas e ajudaram inclusive no reconhecimento e identificação de sítios arqueológicos³⁴. No entanto, os dados que sobressaem nos relatos orais e até mesmo nos registros escritos dizem respeito à descendência étnica dos grupos da Mata. Nem mesmo os viajantes conseguiram alcançar um consenso sobre a questão. Embora eles tenham realizado seus estudos em épocas quase contemporâneas ao que foi relatado, a ausência de formação antropológica dos viajantes impossibilitou que as informações sobre os antigos moradores da Mata fossem mais sistemáticas. Com a crença de que no Brasil existiam duas grandes famílias: Tupi, dos indígenas da costa, reconhecidos como “mansos”; e Tapuia ou Jê, os mais “bravios” e que ocupavam o território interiorano, a tendência inicial foi inserir os nativos da Mata dentro desta classificação. Tendo sido comprovada, através dos tempos, sua inaplicabilidade, classificações mais amplas foram surgindo³⁵.

³³ Sobre esse tema vide também Cascudo (1979:602-603) e Martinez (1993:21-22) entre outros.

Sena (1926:145-176), em seu estudo sobre a distribuição geográfica dos grupos indígenas do Brasil, apóia-se nas referências de Martius e Ehrenreich (apud Sena), que formularam uma proposta de classificação para os indígenas em oito grupos abrangentes. Martius sugere a divisão em oito nações, os Tupi-Guarani, habitantes da costa oriental; os Jê ou Cran, do interior; os Guck, do extremo oeste até os Andes; os Guereng, dos sertões paulista, paranaense e baiano; os Parexi, do Mato Grosso e Pará; os Aruak, da Amazônia; os Guaicuru, do Mato Grosso do Sul até o Paraguai e Bolívia; e por fim os Goitacá, conhecidos como “corredores da floresta”, habitantes do vale do Paraíba do Sul. Neste último grupo estariam inseridos os Puri, os Coroado e os Coropó (ibid.:159). Ehrenreich (apud Sena) também considera oito grupos, mas que seriam os Tupi, os Jê, os Goitacá, os Caraíba, os Maipure, os Pano, os Miranha e os Gaicuru. É, pois, com base nas duas classificações que Sena conclui que os Puri seriam Jê e os Coroado Goitacá, ou Waitacá como preferiu chamá-los. Os Coropó seriam, na verdade, oriundos de uma mistura entre os Jê e os Goitacá.

Para Saint-Hilaire (1938:32), os Coroado eram descendentes dos Goitacá e se subdividiam em dois outros grupos: os Tampruns e os Sasaricons, que moravam em aldeias diferenciadas. Já o Barão von den Steinen (apud Mercadante 1973:27) considera os Coroado um grupo étnico autônomo, assim como os Tapuia ou os Tupi. Eles teriam sido expulsos da costa pelos Tupi, sendo obrigados a marcharem de leste para oeste, como ocorreu com os Jê.

O consenso maior, como visto, parece ser o da migração do litoral para o interior. De acordo com Mercadante (1973:28), tanto o Pe. Manuel de Jesus Maria quanto Guido Marliére concordavam com a idéia de que os Coroado, os Coropó e os Puri tinham uma origem comum. Ao serem expulsos da costa pela intensificação da colonização, por volta de 1630, tiveram que se adaptar às condições da Mata Mineira, criando diferenças e até rivalidades entre si³⁶. Adeptos desta teoria estão a maioria dos viajantes, incluindo Rugendas (1979), Freireyss (1982) e Burmeister (1980),

³⁴ Como mencionado anteriormente cerca de nove sítios arqueológicos foram identificados na região através do trabalho de conscientização realizado pela equipe do MAEA-UFJF durante as exposições itinerantes. Veja Loures Oliveira e Monteiro Oliveira (2000 e 2001(a), (b) e Loures Oliveira, Corrêa e Surya 2002).

³⁵ Montserrat (1998).

que acreditavam ser a denominação Coroado oriunda do corte de cabelo, adaptado pelos indígenas às matas densas do interior³⁷.

Além dos viajantes, também historiadores, lingüistas e antropólogos tentaram classificar estes grupos com o objetivo de determinar sua origem étnica. Mais uma vez citando o lingüista Nelson de Sena (1924: 192-337), o idioma Puri seria um dialeto alterado da língua denominada “geral”, o Tupi. Diferencia os Coroado dos Puri, por estes últimos terem vindo de Goiás, pois ambos seriam pertencentes ao grupo dos Botocudo que, segundo ele, era o designativo geral dos índios de Minas Gerais, incluindo os do vale do Rio Pomba. José (1965:13) propõe, no entanto, uma outra subdivisão. As bases mineiríndias seriam duas: a) o grupo Tapuia classificado como Aimoré; o Botocudo com suas divisões e subdivisões; e os Cataguá; b) o grupo Goitacá subdividido em Croato, Puri e tribos menores do Nordeste Mineiro.

Mercadante (1973:33), ao escrever sobre os indígenas da Mata, não se deixa convencer da suposta origem Jê dos três grupos, que de acordo com a literatura dos viajantes, desenvolveram diferenças específicas em seu processo de adaptação ao ambiente da Zona da Mata. Citando Sena, Maximiliano e Ferreira de Resende, Mercadante (ibid.) postula serem inúmeras as imprecisões nos relatos a este respeito. Assevera serem os Puri um ramo dos Tupi, por possuírem muitos vocábulos parecidos e de significados iguais, reforçando sua idéia ao encontrar semelhanças entre as descrições sobre o modo de vida dos Puri e o dos Aymoré de Porto Seguro, mencionado por Varnhagen (1981).

Pesquisas arqueológicas realizadas nas serras e no litoral fluminense também apontam para os mesmos questionamentos. Segundo Dias e Carvalho (1980), ao se comparar unidades arqueológicas diferenciadas, caracterizadas por fases culturais individualizadas e por diferentes tradições³⁸, é possível perceber que certos padrões comuns subsistem, enquanto outros podem apresentar variações locais. De acordo com estes mesmos autores (ibid.:77), é provável que os Coroado de Campos e da região de São Fidélis no Estado do Rio de Janeiro sejam provenientes da união entre

³⁶ É interessante observar a idéia implícita de que os indígenas só habitavam a costa brasileira e que com a intensificação da colonização estes foram se deslocando para o interior, como se este lócus fosse completamente desabitado.

³⁷ De acordo com Métraux (1946:521), os Goitacá foram identificados aos Purí e Coroado sem qualquer razão verificável.

Goitacá e Coropó, formando, como já mencionado nas fontes primárias, juntamente com os Puri e os Coroado, uma só família lingüística. No entanto, é bem possível que todos os grupos denominados Coroado pelos cronistas (Xumeti, Arari, Coropó, Puri) não sejam mais que remanescentes de Tamoio e Surucu que, dizimados nos primeiros séculos da colonização, teriam escolhido a serra como refúgio (ibid.).

Continuando com o raciocínio de Dias e Carvalho (1980), estes observaram também que os dados arqueológicos obtidos em suas escavações em sítios nas serras fluminense e mineira apontam para um povoamento da tradição Tupiguarani, fase Ipuca, em uma área, para a qual os relatos etnográficos afirmam ter sido habitada por Coroado (rio Muriaé) e também para o local onde eles foram aldeados no início do século XIX, em São Fidelis.

É bem provável que tenha existido pontos de contato nas serras mineira e fluminense entre as duas tradições, a Una e a Tupiguarani, e que tenham se materializado em épocas recentes junto aos Coroado (Ibid.:76). Esta constatação levou os mencionados autores a acreditarem que os Coroado, identificados historicamente com os Puri, tenham ligações estreitas com a fase arqueológica Ipuca, da tradição Tupiguarani, mesmo que apresentando traços provenientes da tradição Una, local.

Fundamentados nestes pressupostos, Dias e Carvalho formularam duas hipóteses a respeito da origem dos Puri. A primeira os apresenta como descendentes dos antigos elementos da fase Mucuri, que por circunstâncias diversas teriam abandonado a cerâmica e modificado seus hábitos alimentares na serra. Já a segunda hipótese, mais realista na opinião dos autores, indica que os Puri, oriundos tradicionalmente da região do

³⁸ As tradições mencionadas neste texto pelos autores são as: Tupiguarani, que de acordo com Chmyz (1976:146) é “uma tradição cultural caracterizada principalmente por cerâmica policrômica (vermelha e ou preto sobre engobo branco e ou vermelho), corrugada e escovada, por enterramentos secundários em urnas, machados de pedra polida, e, pelo uso de tembetás”; já a tradição Una, segundo Prous (1992:333-345), apresenta ampla variação de uma região para outra, “... a ‘unidade’ que permite que sejam reunidas na mesma tradição se verifica sobretudo em oposição a outros conjuntos ceramistas, Aratu e Tupiguarani. De uma maneira geral, estes vasilhames ‘Una’ são caracterizados pela ausência de qualquer decoração, por dimensões pequenas, formas globulares ou cônicas, [...] a cor da parede é muito variável, geralmente cinza ou marrom escuro, [...] os abrigos costumam apresentar pinturas ou gravuras rupestres [...]”, onde normalmente eram sepultados seus mortos.

Rio Pomba, Minas Gerais, representariam um grupo recente, vinculado à tradição Una, indiretamente relacionada com características da fase Mucuri. Esta tradição ocupou grandes áreas do litoral e das Serras Fluminense e Mineira, atingindo áreas do Espírito Santo, pelo menos durante cerca de mil anos ou mais, compartilhando os espaços em ocasiões diversas, com grupos arqueológicos da tradição Tupiguarani, representados pelas fases indicadas. Desse modo, os Coroados seriam a materialização de pontos de contato entre a tradição local Una e a Tupiguarani em épocas recentes. Os Coroados representariam, pois, o desenvolvimento de um processo de dinâmica cultural, no qual a língua seria um dos elementos mais significativos, mantendo-se a identidade nos traços morfológicos e materiais.

Os dados arqueológicos sistematizados pela equipe de Arqueologia da UFJF, ainda pouco podem contribuir a respeito desta discussão. A classificação tipológica proposta para a cerâmica apresenta especificidades que podem confundir mais que esclarecer a respeito de uma investigação sobre os grupos étnicos que a produziram. Os vestígios provenientes das últimas escavações realizadas no Sítio Primavera em São João Nepomuceno têm atestado mais uma vez a presença de elementos de decoração classificados, comumente, como típicos da tradição Tupiguarani em uma área que, pelos relatos etnohistóricos, fora ocupada por grupos de Puri e Coroados, o que poderia corroborar algumas das postulações de Dias e Carvalho. De fato, os nomes de fases, sub-fases e tradições arqueológicas, não correspondem às classificações etnográficas, apesar de receberem termos bem semelhantes. Assim, ao serem considerados os resultados preliminares das investigações arqueológicas associados aos estudos etnohistóricos e históricos da Mata Mineira, é possível ter cerâmica de tradição Tupiguarani produzida por grupos, que, a princípio, não possuem qualquer relação, seja com grupos Tupi ou Guarani³⁹. Isto ocorre porque a classificação em fases e tradições considera aspectos de fabricação da cerâmica e características dos assentamentos, enquanto as classificações da lingüística, utilizadas pelos viajantes para traçar as diferenciações étnicas dos grupos, toma as particularidades de seus idiomas e até mesmo de seus tipos físicos.

Diante de tanto desencontro de informações etnohistóricas e arqueológicas, a tradição oral tem uma boa saída para a situação. A maioria dos informantes afirma que a designação Puri era utilizada para os “índios bravos”, corroborando as descrições de Debret (1978:69) sobre os

designativos pejorativos. Hoje em dia, quando uma pessoa se assemelha fisicamente a um indígena, é comum que seja chamada de Puri. Já as outras denominações seriam subgrupos de Coroado que, falando a mesma língua, chamavam seus inimigos de Puri. Entre os Coroado estaria inclusive o grupo dos Caramonã, responsável por grande parte do legado cultural presente hoje na memória dos moradores da Comunidade da Serra dos Caramonos na divisa dos municípios de Descoberto e Itamarati de Minas.

O fato é que a origem dos grupos da Mata e sua filiação étnica não podem ser delimitadas simplesmente por características lingüísticas, localização ou outro fator de diferenciação estabelecido por sujeitos que trataram os indígenas da região apenas como mais um elemento constitutivo da fauna e da flora do Brasil. Desde a chegada do colonizador, a voz do indígena foi calada e este não pôde nem mesmo passar sua autodenominação para os pesquisadores. Os nomes dos grupos brasileiros conhecidos hoje foram inventados pelo outro, pelo inimigo, indígena ou colonizador, incapaz de entender o universo simbólico de cada etnia. O que restou é uma rica tradição presente na memória e no *ethos* da população de regiões ainda pouco exploradas. Mesmo que miscigenada com elementos constitutivos das diversas culturas que se amalgamaram na conformação da sociedade brasileira, esta tradição é autêntica representação de um povo que necessita, depois de dois séculos de massacre e preconceito, ser valorizado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo o desenvolver da colonização portuguesa no Brasil, mais precisamente da região da Zona da Mata, gerado um massacre sem precedentes, dizimando boa parte da população indígena, é correto afirmar que suas culturas não chegaram a ser totalmente exterminadas⁴⁰. Sem outra opção, os indígenas que se renderam ao aldeamento compulsório acabaram se miscigenando com a população de negros e colonos. Nas invasões às aldeias, pela posse de terra, os homens eram assassinados e as mulheres estupradas e levadas às vilas para trabalharem e manterem relações com seus algozes. Muitos são aqueles que afirmam, sem

³⁹ Para uma avaliação crítica da utilização de terminologias inauguradas pelo PRONAPA no Brasil vide Alves (1991) e Moraes (2000).

qualquer noção da violência perpetrada a seus antepassados, que sua avó ou bisavó foi “pega a laço”.

A forma com que o indígena foi tratado no período da colonização se reflete, até hoje, no preconceito presente na mentalidade da população nacional. Ora tratado como bom selvagem, ora como preguiçoso e bravo, atualmente não se conhece o indígena como ele verdadeiramente é. O desrespeito é consequência direta da não compreensão do outro em sua alteridade. Os costumes e as tradições destas etnias estão presentes no cotidiano do povo, sem que este se dê conta da riqueza dessa influência em sua formação cultural. Todo o vocabulário, as crenças, passando pelos hábitos alimentares e até mesmo o simples costume do banho diário estão repletos de uma cultura que não foi soterrada na memória, ainda que o tenha sido pela História e por outros instrumentos de dominação em muitas ocasiões⁴¹.

Este trabalho buscou inserir o indígena enquanto formador da cultura e sujeito da história da Zona da Mata Mineira, numa tentativa de atrair a atenção das comunidades envolvidas para a valorização e preservação de seu patrimônio cultural. Os documentos e os relatos oficiais omitiram o massacre realizado e negou-os a condição de responsáveis por grande parte da cultura nacional. Ao longo do processo de formação da nação brasileira construiu-se uma história com a qual a maioria da população não se identifica. Seus relatos, sua memória e suas tradições devem ser valorizados como patrimônio nacional, muito mais que as representações forjadas de valores que não lhes pertencem e que muitas vezes não fazem sentido.

Para a Arqueologia, esta conscientização é essencial, pois é através dela que o pesquisador conseguirá sua inserção junto à comunidade na qual pretende atuar. No caso específico deste trabalho, a Arqueologia é o instrumento catalisador no processo de valorização dessa memória. Seu objetivo é trazer à tona sobre o passado daquele povo, com respeito e dignidade, fazendo-a refletir sobre a importância de se preservar o

⁴⁰ O conceito de cultura empregado alia-se à perspectiva semiótica de Geertz (1989:15) “... acreditando como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significado que ele mesmo teceu, [assumindo] a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura de significado”.

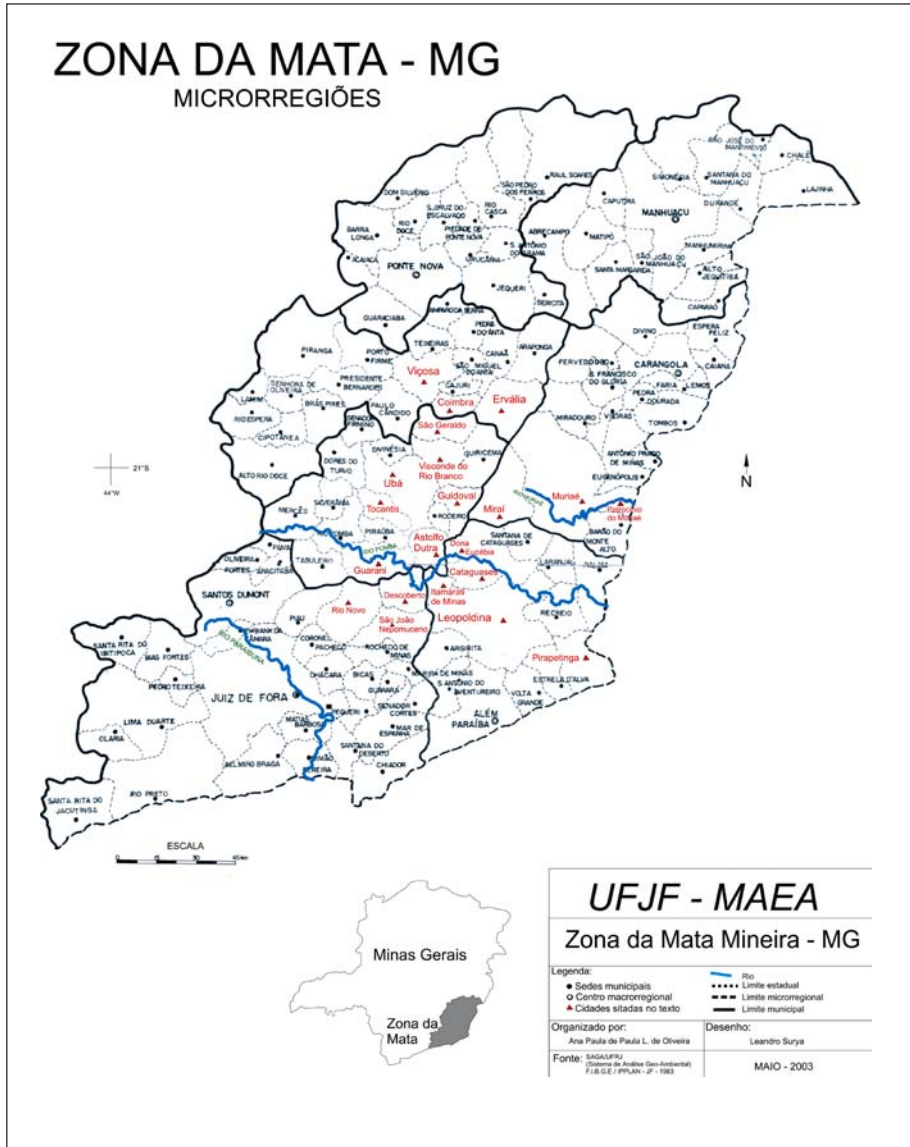
⁴¹ Vide Lima e Silva (1999).

patrimônio arqueológico e cultural, fundamental para a construção do passado da Zona da Mata Mineira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVARES, M.M. **Yámiy o povo do canto**. Campinas: Unicamp, 1996 (Dissertação de Mestrado)
- ALVES, C. A cerâmica pré-histórica no Brasil. Avaliação e proposta. **Clio**, Série Arqueológica, Recife, 1(7):11-89, 1991:
- ALVES, M.A. Permanência das manifestações de identidade étnica na cultura material do povo Maxakali. **Relatório Antropológico** apresentado a FUNAI de Governador Valadares, Minas Gerais, 1992.
- BELTRÃO, M.C.; LIMA, T.A. Mumificações naturais na pré-história brasileira: um estudo de caso. **Revista de Arqueologia**, Museu Paraense Emílio Goeld, Belém, 3(1):3-39, 30 IV, 1986.
- BURMEISTER, H. **Viagem ao Brasil**. São Paulo: Edusp, 1980.
- CASCUDO, L.C. **Dicionário de folclore brasileiro**. São Paulo: Melhoramentos, 1979.
- CASTRO, C.F.F. **Os Sertões de Leste. Achegas para a história da Zona da Mata**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 2001.

MAPA DA ZONA DA MATA - MG



- CHMYZ, I. Terminologia arqueológica brasileira para a cerâmica. In: **Cadernos de Arqueologia**. Museu de Arqueologia e Artes Populares, Paraná, 1(1), 1976:119-148.
- DEBRET, J.B. **Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil**. São Paulo: Edusp, 1978.
- DIAS, O.; SEDA, P. BELLO, M.T. Escavações arqueológicas no Norte de Minas Gerais Varzelândia: o Sítio do Zé Preto (MG-VG-27). **Revista de Arqueologia**, Rio de Janeiro: SAB, v.5(1), 1988:75-89.
- DIAS, O. Nota prévia sobre as pesquisas arqueológicas em Minas Gerais. **Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas. Resultados preliminares do quinto ano 1969-1970**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeld. Publicações Avulsas n. 26. 1974:105-116.
- DIAS, O.; CARVALHO, E. A Pré-história da serra fluminense e a utilização das grutas do estado do Rio de Janeiro. **Pesquisas – Antropologia**, nº 31. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, 1980: 47.
- DIAS, O. Pesquisas arqueológicas no Sudeste Brasileiro. **Boletim do IAB**. Rio de Janeiro: Série Especial nº 1, 1975.
- EHRENREICH, P.M.A. Über die Puris Ostbrasilien. **Zeitschrift Ethnologie**, vol. 18, 1886:184-188.
- ESCHWEGE, W.L. **Journal von Brasilien**. Weimar, 1818.
- FREIREYSS. **Viagem ao Interior do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1982.
- FUNARI, P.P.A. Arqueología e historia, arqueología histórica mundial y américa del sur. In: **Anales de Arqueología y Etnología**, vol. 50/51, 1995/1996.
- FUNARI, P.P.A. Brazilian archaeology, a reappraisal. In: **Archaeology in Latin America**. G. Politis & Benjamin Alberti (eds), London & New York, Routledge, 17-37, 1999.
- GERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: CTL, 1989.
- HOCH, E.; PROUS.A. **A contribuição de P.W. Lund à Arqueologia européia e brasileira**. In: Arquivos do Museu de História Natural. Belo Horizonte: UFMG, vol x, 1985:170-176.
- JOSÉ, O. **Indígenas de Minas Gerais**. Belo Horizonte: MP Edições, 1965.
- KNEIP, Lina Maria; CRANCIO, Filomena. O sítio cerâmico da Fazenda Vargem Linda – Leopoldina, MG. In: **Resumos da SAB 2001, a arqueologia no novo milênio**. Rio de Janeiro, 2001:96-97.
- LIMA, T.A.; SILVA, R.C.P. 1898-1998 A Pré-História Brasileira em cem anos de livros didáticos. In: **Fronteiras**. Revista de História da UFMS. Corumbá, 1999. (prelo)

LOURES OLIVEIRA, A.P.P. **Relatório do primeiro ano de pesquisas do Projeto de Mapeamento Arqueológico e Cultural da Zona da Mata Mineira**. Juiz de Fora: MAEA/UFJF, IPHAN, 2003.

LOURES OLIVEIRA, A.P.P. O sentido das missões religiosas junto ao grupo indígena Maxakali no Nordeste de Minas Gerais. **Numen**, Juiz de Fora, v. 9, 2002. (prelo)

LOURES OLIVEIRA, A.P.P. **Relatório Técnico do Projeto: Resistência religiosa Maxakali: defesa cultural ou falha na estratégia de conversão**. FUNAI 2000-2001. Juiz de Fora: UFJF, 2002.

LOURES OLIVEIRA, A.P.P.; CORRÊA, A.A. A tradição oral na Zona da Mata Mineira: o mito da pedra de raio. **Resumos do I Congresso Nacional de Iniciação Científica**. São Paulo: SEMESP, vol. 1, 2001.

LOURES OLIVEIRA, A.P.P.; MONTEIRO OLIVEIRA, L. Patrimônio arqueológico e cultural da Zona da Mata mineira. In: **Canindé**, nº 1, Sergipe:UFS, 2001 (a).

LOURES OLIVEIRA, A.P.P.; MONTEIRO OLIVEIRA, L. o Projeto Mapeamento Arqueológico e Cultural da Zona da Mata Mineira. **Resumos da SAB 2001**. Rio de Janeiro, 2001 (b).

LOURES OLIVEIRA, A.P.P.; MONTEIRO OLIVEIRA, L. Para uma etnografia dos saberes: ação educativa do Projeto de Mapeamento Arqueológico Patrimônio Arqueológico e Cultural da Zona da Mata mineira. **Anais do I Fórum Internacional de Investigação Qualitativa com crianças e adolescentes**. Juiz de Fora/Siegen: 2000.

LOURES OLIVEIRA, A.P.P.; CORRÊA, A.A.; SURYA, L. Proposta de análise dos sítios arqueológicos na Zona da Mata Mineira. Anais do 2º Workshop Arqueológico de Xingó. Canindé do São Francisco-Sergipe: MAX, 2002: 115-116.

LOUKOTKA, C. La familia lingüística Coroado. **Journal Societé Américanist**, Paris, n.s., vol. 29, 1937:157-214.

MARTINEZ, V.M.F. **Teoria y metodo de la arqueología**. Espanha: Editorial Síntesis, 1993.

MERCADANTE, P. **Os sertões do Leste. Estudo de uma região: a Mata Mineira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

MONTEIRO OLIVEIRA, L. **A produção cerâmica como reafirmação de identidade étnica Maxakali: um estudo etnoarqueológico**. São Paulo: USP, 1999. (Dissertação de Mestrado).

MONTSERRAT, R.M.F. Línguas indígenas no Brasil contemporâneo. **Índios no Brasil**. GRUPIONI, L.D.B. (org.). São Paulo: Global Editora, 1998.

MORAIS, J.L. Arqueologia da Região Sudeste. **Revista da USP – Antes de Cabral: Arqueologia Brasileira II**, São Paulo, n.44, 1999-2000:194-217.

NIMUENDAJÚ, C. **Mapa etno-histórico de Curt Nimuendajú**. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em colaboração com a Fundação Nacional Pró-Memória. Rio de Janeiro: IBGE, 1981.

NORONHA TORREZÃO, A. Vocabulário Puri. **Rev. Trim. IHGB**, vol. 52, 1889:511-512.

OLIVEIRA FILHO, J.P. Elementos para uma sociologia dos viajantes. **Sociedades Indígenas e Indigenismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Marco Zero e Editora da UFRJ. 1987:84-148.

PLOETZ, H.; MÉTRAUX, A. La civilization matérielle et la vie sociale et religieuse des indiens Zé du Brésil meridional et oriental. **Revista del Institut Etnologico U.N. Tucuman**, vol. 1:107-238. 1930.

PROUS, A. **Arqueologia brasileira**. Brasília: UNB, 1992.

PROUS, A. Editorial. **Arquivo do Museu de História Natural – UFMG**. Vol. II. Belo Horizonte: MHN, 1977.

RICARDO, B. **Passados 500 anos, sequer sabemos os seus nomes**. Seminário Internacional Ciência, cientistas e tolerância. São Paulo: UNESCO/USP, 1997. (mimeografado).

RUGENDAS, J.M. **Viagem pitoresca através do Brasil**. São Paulo/Belo Horizonte: Edusp/Itatiaia, 1979.

SENA, N. Toponymia Geographica de origem brasílico-indígena em Minas Gerais. **Revista do Archivo Público Mineiro**. Anno XX, 1924. Belo Horizonte:Imprensa Oficial de Minas, 1926.

SENA, N. Os índios do Brasil. Memória Ethnografica. **Revista do Archivo Público Mineiro**. Anno XX, 1924. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas, 1926:145-218.

SENA, N. A distribuição geográfica das tribus indígenas do Brasil: sua ethnogenia. **Revista do Archivo Publico Mineiro**. Anno XXV, 1937. Belo Horizonte:Imprensa Oficial de Minas, 1938:157-176.

SENA, N. Sobre ethnographia brasileira. **Revista do Archivo Publico Mineiro**. Anno XXV, 1937. Belo Horizonte:Imprensa Oficial de Minas, 1938:336-355.

SIMÕES, M.C.S.R. **Relatório técnico da 2ª campanha pesquisa de campo no município de Itamarati de Minas e Descoberto, 22/09/2000. Projeto Mapeamento Arqueológico e Cultural da Zona da**

- Mata Mineira.** LOURES OLIVEIRA, A.P.P. (coord.). Juiz de Fora: UFJF, 2000.
- SPIX, J.B.; MARTIUS, K.F.P. **Viagem pelo Brasil, 1817-1820.** Rio de Janeiro: Melhoramentos, vol. I, 1976.
- STEWART, J.H. (Editor), Washington: United States Government Printing Office, 1946:523-530.
- TRIGGUER, B.G. **Etno-historia: problemas y perspectivas.** San Juan, Argentina: Instituto de Investigaciones Arqueológicas, 1987.
- VANNI, J.C. **Sertões do Rio Cágado, origem de povoados, vilas e cidades que integram a Bacia Hidrográfica do Rio Cágado.** Rio de Janeiro: Comunita, 2002.
- VARNHAGEN, F.A. **História geral do Brasil.** São Paulo/Belo Horizonte: Edusp/Itatiaia, vol 1, 1981.
- WALTER, H.V. **Arqueologia da região de Lagoa Santa (Minas Gerais).** Rio de Janeiro: Sedegra, 1958.
- WIED-NEUWIED, M. **Viagem ao Brasil nos anos de 1815 a 1817.** São Paulo: Comp. Editora.